

COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO

REQUERIMENTO Nº 2009

(Da Sra. Dalva Figueiredo)

Requer a realização de audiência pública no âmbito dessa Comissão, para tratar do tema afeto aos terrenos de marinha em geral, propriedade da união, pagamento de taxas, impactos sociais.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a V. Exa. , a realização de audiência pública no âmbito dessa Comissão.

Para a referida audiência , solicitamos que sejam convidados representantes da Secretária de Patrimônio da União –SPU e da Defensoria Pública da União – Sessão Amapá.

JUSTIFICATIVA

A discussão acerca dos terrenos de marinha, ou mais especificamente dessa parcela específica de terras de propriedade da União em Estados e Municípios, além dos aspectos jurídicos, econômicos e sociais inerentes à população afetada, tem suscitados acalorados debates e no seio da sociedade, merecendo uma discussão mais técnica e aprofundada do Congresso Nacional.

Projetos sobre a matéria já tramitam na Câmara e no Senado, o que demonstra a importância e a relevância da matéria para o País.

Nessa perspectiva, a vertente audiência pública se justifica, na medida em que poderão ser reunidos, para aprofundar e pacificar as divergências existentes, tanto o Poder Executivo, quanto o Legislativo, além dos representantes da sociedade civil diretamente interessados ou alcançados pelo tema.

Trata-se de uma oportunidade para que o Congresso Nacional se debruce sobre o tema, na perspectiva de elaboração, a partir das proposições já existentes, de uma legislação que supere as dificuldades encontradas nessa seara e seja pacificadora das divergências hoje vigentes entre o Estado e a sociedade brasileira."

Brasília, 29 de maio de 2009.

Dalva Figueiredo
Deputada Federal (PT/AP)